



PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 131/2021 (PREGÃO ELETRONICO N.º 013/2021)

INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SMG

ASSUNTO: ANÁLISE DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO N.º 2022/2864.

RELATÓRIO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá solicita a esta Procuradoria Jurídica a análise e consulta quanto a viabilidade em formalizar o 1º Termo Aditivo ao **Contrato nº 2022/2864**, a fim de acrescer o quantitativo inicial considerando a necessidade apresentada.

Foram juntadas manifestações do fiscal/técnico responsável pela execução contratual Sr^a. Fagner Thiago Tavares (fl. n.º 619); Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo (Ofício n.º 510/2022), com deliberação frente a necessidade e ratificação da imprescindível confecção de aditivo, a fim de que não haja a interrupção dos serviços.

Tanto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, quanto os técnicos da administração envolvidos (ex: fiscal, setor de cotação e pesquisa de preço, contabilidade, engenheiro que emitiu laudo de vistoria e avaliação de preços e Comissão Permanente de Licitação) opinam pelo prosseguimento, considerando que não houve impugnações e sim impulsioneamentos do feito.

Afirma o fiscal e os setores responsáveis que permanece a vantajosidade aos cofres públicos no que tange ao possível reajuste ao valor inicial previsto, após aferição de valores atuais de mercado.



Os autos foram recebidos nesta Procuradoria, estando numerados em fls. 616 a 657.

Com a instrução processual, e após vários atos exarados e ratificados pelos seus agentes públicos responsáveis, veio para consulta jurídica acerca dos permissivos legais quanto à viabilidade de formalização de aditivo contratual.

É o sucinto relatório.

PRELIMINARMENTE

A presente manifestação se limita as dúvidas estritamente jurídicas, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico e os financeiros. Além de outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração, **conforme recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07.**

Toda manifestação que será aqui discorrida expressa posição meramente opinativa, **não representando prática de ato de gestão**, mas sim uma aferição técnico-jurídica, que se restringe a análise dos aspectos de legalidade, aferição que inclusive não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador.

ANÁLISE JURÍDICA

Ressalta-se que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com a finalidade de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não podendo inferir em dúvidas quanto as informações aqui prestadas.

Pois bem, o contrato administrativo nº 2022/2864 tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção, preventiva e



corretiva, com fornecimento de materiais, para a rede de iluminação pública do Município de São Miguel do Guamá.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo instaurou este procedimento informando da necessidade de aquisição de mais itens contratados, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para a continuidade eficaz dos serviços públicos de iluminação pública no município, inferindo que seja o objetivo principal tão somente a melhoria da qualidade de vida e da segurança aos munícipes.

Embora tenha se estimado inicialmente o quantitativo para atender estes profissionais durante todo o período, nota-se que o mesmo se revelou insuficiente para tanto, necessitando de fornecimento de um quantitativo maior para atender serviços específicos.

A Lei nº 8.666/93 admite a alteração dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 65, inciso I, alínea “b”, com a possibilidade de se impor ao contratado a obrigação de aceitar o aditivo contratual *in verbis*:

“Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: **I**- unilateralmente pela Administração: **a)** (...) **b)** quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei”.

No que tange a fundamentação apresentada, nota-se a possibilidade de se realizar aditivo de contrato, com fundamento na necessidade de modificação do valor contratual em decorrência da necessidade de acréscimo de quantitativo do seu objeto, observando, contudo, o limite de até 25% do valor inicial atualizado do respectivo contrato – o qual aparentemente é respeitado no presente caso.

“Art. 65 Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: **I**- unilateralmente pela Administração: **a)** (...) **b)** quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; **§ 1º** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou



supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos”.

Além disso, a Comissão Permanente de Licitação justifica o aditivo contratual por ser ato mais vantajoso ao presente caso, na medida em que se manterá o mesmo fornecedor que vem atendendo regularmente este objeto. Além de que dispõe que será economizado tempo com a não realização de todo um certame para atender a este final do exercício financeiro.

No que tange aos aspectos formais do procedimento para aditivo de quantitativo não vislumbro óbices desde que comprovadas às razões que se amoldam às exigências legais. Igualmente é de extrema importância que a administração observe se a Contratada ainda mantém as condições que a habilitou como qualificada na ocasião da contratação, com a apresentação de certidões de regularidade fiscal, trabalhista e outras constantes do edital, devidamente atualizadas, bem com que jamais haja indícios de fracionamento ou desídia da administração, devendo ser aberto procedimento para constatações.

Uma vez observadas tais diretrizes, não subsistem outros impedimentos à realização do aditivo em análise, sendo permitido em lei a formalização nos termos dos fundamentos jurídicos apresentados.

À primeira vista, não há qualquer dúvida ou possível ilegalidade quando do acréscimo requerido, visto que se trata de necessidade justificada pelo setor demandante e em face do aumento imprevisível das necessidades da administração municipal em prol de serviços a população (conforme informação das áreas técnicas envolvidas).

Em tempo, é importante dizer que devem ser motivados todos os atos e demonstrar as razões da celebração, sob pena dos gestores e demais servidores sofrerem **apuração de responsabilidade** a quem der causa a violações dos preceitos legais.



CONCLUSÃO

Ex positis, esta Procuradoria, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e a oportunidade dos atos praticados, **não vislumbra óbice** - *a priori*, quanto à formalização do primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo em questão, com fundamento no art. 65, inciso I, alínea “b” e parágrafo primeiro da Lei n.º 8.666/93, desde que sejam obedecidas as orientações aqui regidas sob pena de responsabilização a quem der causa.

Em oportuno, propõe-se o encaminhamento a **Controladoria Interna**, para conhecimento, análise e parecer final no que tange a conformidade e prosseguimento do feito adotado pela Comissão Permanente de Licitação, pois esta exerce na forma da lei o **controle interno dos atos e procedimentos da administração direta e indireta**, visando resguardar o cumprimento dos princípios da administração pública.

São os termos do parecer, salvo melhor juízo, tendo este parecer caráter meramente opinativo.

São Miguel do Guamá, 02 de dezembro de 2022.

RADMILA PANTOJA CASTELLO

Assessoria Jurídica

OAB/PA n.º 20.908
